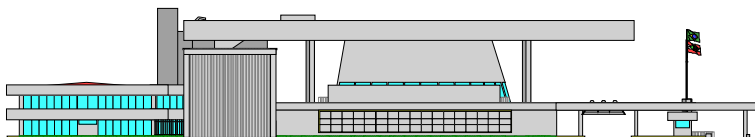


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE FEVEREIRO DE 2013

NÚMERO 6.517

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO

COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL

COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO

COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE SAÚDE

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL



<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 007ª Sessão Ordinária realizada em 21/02/2013.....2 Ata da 008ª Sessão Ordinária realizada em 26/02/2013.....5</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 11</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação ..... 13 Extratos ..... 14 Ofícios ..... 14 Portarias ..... 14 Projetos de Lei ..... 20</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda a cassação do deputado Décio Góes; comenta investimentos para prevenção das cheias no alto vale.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se à necessidade da reforma tributária.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Comenta a reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista; aborda a concentração de impostos em Brasília.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Registra a entrega de equipamentos para a Segurança Pública em Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, sr. presidente. Gostaria de cumprimentar os deputados aqui presentes e os funcionários.

Quero fazer aqui, deputado Moacir Sopelsa e deputado Neodi Saretta, meu grande companheiro do Partido dos Trabalhadores, uma referência ao artigo escrito pelo eminente jornalista Moacir Pereira, na coluna de ontem, sobre a injustiça que foi feita com o nosso companheiro, ex-deputado Décio Góes, na cidade de Criciúma. O nosso ex-deputado, que foi prefeito de Criciúma, foi cassado depois de ser reeleito naquele município, por causa da palavra feliz, na letra do seu *jingle*, também constante no hino da Festa das Nações.

O PMDB entrou com uma ação de pedido de cassação. O TRE cassou seu mandato de prefeito e o Supremo a referendou, num ato incompreensível de injustiça. Após esse acontecimento houve a emancipação da cidade do Rincão, onde Décio Góes tem uma casa, e transferiu seu título eleitoral, sendo novamente candidato a prefeito. Ganhou as eleições, porém o PMDB entrou com outro pedido de cassação porque o deputado Décio Góes havia sido incluído na Ficha Limpa. Então, cassaram novamente a eleição do nosso companheiro, de prefeito eleito do Rincão.

Uma nova eleição foi convocada para o dia 3 de março. E o deputado Décio Góes é candidato novamente a prefeito; registrou-se novamente. Mais uma vez começou a mesma novela, ou seja, o PMDB local entrou com um pedido de cassação. E agora o TRE de Florianópolis diz que o deputado pode ser candidato a prefeito. Então, lá teremos dois turnos: o primeiro, quando ganhou a eleição e o segundo, porque está disputando novamente. Estou fazendo este pronunciamento porque isso é a essência e o conteúdo da matéria de um jornalista lúcido que fez uma leitura da incompreensão política e da injustiça da Justiça.

Estamos aqui desejando ao Décio Góes uma boa campanha nesta reta final, inclusive estamos indo para Criciúma hoje ajudá-lo, sabendo que nada melhor para uma cidade do que ter um candidato que já foi prefeito, ele que foi reeleito por ampla maioria, com mais de 60% dos votos, que é alguém que sabe planejar, é arquiteto, e está integrando com o plano do governo federal. Nada melhor para uma cidade do que ter um prefeito da qualidade do companheiro Décio Góes e com a sua capacidade de trabalho.

Por isso queria deixar o nosso abraço ao Décio Góes e dizer que estamos torcendo para que a Justiça seja feita nas urnas, pois depois das eleições o presidente da Câmara de Vereadores assumiu a prefeitura e já montou um primeiro time, inclusive trouxe para cargos de confiança alguns cabos eleitorais que na eleição passada apoiaram Décio Góes e depois trocaram a sua posição em decorrência de favores e de empregos, para eles mesmos ou para seus familiares.

Amanhã estará em Criciúma o nosso presidente nacional do PT, Rui Falcão, acompanhando o nosso candidato a prefeito de Criciúma, Fábio Brezola, uma liderança jovem, nova, que finalmente acabou com as brigas e com as disputas naquela cidade e conseguiu construir consenso, um jovem empresário com uma grande maturidade, responsabilidade política e de gestão.

Então, o nosso presidente nacional do PT estará amanhã em Criciúma e nós estaremos acompanhando-o.

Também gostaria de dizer que na última terça-feira esteve no alto vale o nosso governador do estado - e digo nosso porque também é meu, foi eleito, apesar de eu não fazer parte da sua base de apoio -, lançando as assinaturas e os investimentos na área de contenção de cheias para que possamos minimizar o sofrimento do alto vale, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que é da região de Pouso Redondo, onde ficou claro que os investimentos serão: 50% a fundo perdido, vindos do governo federal, e a outra parte financiamentos do BNDES com 20 anos de carência e 2% de juros ao ano. E lá estavam vários prefeitos, como Jandir Bellini, de Itajaí e Paulo Eccel, de Brusque.

Em suma, as gestões que estão envolvidas com o médio e o alto vale. São sete barragens ao todo, e investimentos que, nessa fase inicial, estarão em torno de R\$ 600 milhões.

E agora ainda para este ano pretende-se ter lá, pelo que foi colocado, a estação de telemetria para verificar, antecipadamente, as chuvas, as cheias e, principalmente, garantir uma certa segurança para os moradores da nossa região. E principalmente o início dos investimentos para a prevenção.

No início deste ano, quando a presidente Dilma Rousseff chamou os prefeitos deste Brasil e vários secretários e anunciou a entrega de uma retroescavadeira e uma patrula para cada município deste Brasil com menos de 50 mil habitantes, e em torno de 400 níveis de projetos com recursos e investimentos na ordem de infraestrutura física, humana e social, como os programas, deputado Ismael dos Santos, de combate ao crack e ao uso das drogas, ela deixou claro, ao citar três estados brasileiros, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a importância de obras de prevenção para as catástrofes climáticas. Ela citou o nosso estado porque aqui esteve e viu o que foi a tragédia que ocorreu há quase dois anos.

Então, fico feliz que, finalmente, deuse um pontapé nessa bola de programas de

prevenção, sabendo que daqui a 50 anos, pelos estudos da Jica, continuaremos tendo problemas pelas questões climáticas e sazonais. No entanto, isso nos garantirá uma certa tranquilidade. E se todos esses investimentos tivessem sido feitos antes da última enchente, teríamos, no mínimo, 5m a menos no nível do rio nas nossas regiões de Rio do Sul e Blumenau.

No mais, quero desejar a todos um bom final de semana e, principalmente, dizer que neste país quem não acredita nele são os fantasmas. Neste país, com os investimentos que se está fazendo, está-se retirando cada vez mais pessoas da linha da miséria, pela postura firme da nossa presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero, inicialmente, cumprimentar o presidente desta Casa e o presidente do Fórum, deputado Darci de Matos, que ontem promoveram o encontro de micro e pequenos empresários que pertencem ao Simples nacional de Santa Catarina, que vieram a esta Casa em grande número, mais de 500 empresários, justamente para debater esse assunto que altera a alíquota do ICMS em Santa Catarina. São empresários que pertencem ao Simples nacional e que compram produtos de outros estados para serem revendidos em Santa Catarina com um ICMS menor do que o nosso.

Quero me reportar a algumas situações que foram trazidas aqui e que são reais. Em Brusque, por exemplo, tivemos no final do mês passado, nesse início de ano o evento comercial que reúne centenas, milhares de empresários do Brasil inteiro que vão a Brusque para fazer contatos com pequenos empresários da área da confecção, ali consolidam inúmeros negócios e durante o ano vão repassando o produto contratado, naturalmente, por um determinado preço. E grande parte desses negócios são pagos antecipadamente.

Na questão de Brusque, nessa rodada de negócios, tivemos a venda de um milhão e trezentas mil peças, que correspondem a mais de R\$ 30 milhões já vendidos. Peças essas que já estão sendo produzidas e vendidas para muitos empresários de outros e do próprio estado, com um preço já prefixado e muitos deles até já pagos.

Ocorre que com essa adequação do ICMS para aqueles que pertencem ao Simples, vai acontecer uma alteração do preço que eles já pagaram, ou seja, vai significar um prejuízo real àqueles que já fizeram o negócio. Isso apareceu bem na discussão do assunto de ontem. E como bem disse o secretário da Fazenda, precisamos defender os interesses dos micros e pequenos empresários e também os interesses do governo, que tem seus compromissos sociais que precisam ser honrados. Esse é o momento em que se discute justamente esse equilíbrio e o bom senso, que é primordial.

Nesse momento, então, quero cumprimentar o presidente desta Casa e o presidente do Fórum Darci de Matos, e todos os deputados que participaram desse evento, que sem dúvida nenhuma é uma oportunidade de se discutir a questão tributária de Santa Catarina, a questão tributária do Brasil. Nós

temos uma guerra fiscal instalada há muito tempo, com cada estado tentando descobrir maneiras para conseguir atrair empresas e comércios para vender um pouco mais, e com isso ganhar um tributo melhor.

Essa grande guerra fiscal é decorrente da falta de uma legislação única, de uma legislação tributária que já deveria estar aprovada, implantada. Há muito tempo, já vai para vinte anos quase, existem propostas no Congresso Nacional para serem aprovadas, mas por conta de alguns interesses, principalmente de estados maiores como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, que não desejam que essa reforma tributária, essa proposta, essa equalização de reforma tributária seja aprovada, não saem do papel.

Naturalmente que acaba sendo arrolada, e com o tempo, tanto o governo federal quanto o governo estadual buscam alternativas, buscam entremeios na lei para conseguirem sobreviver, colocando alguma alteração na lei para cobrar os seus tributos.

Certamente, os outros estados, onde haverá interferência, também vão alterar as alíquotas do ICMS para diminuir a corrida entre um e outro, para diminuir esta guerra entre um estado e outro. É um momento em que se deve fazer uma grande discussão para que o Congresso Nacional aprove algumas, ou aprove uma proposta final, uma alternativa de reforma tributária para equalizar os tributos entre os estados e todo o Brasil.

Tudo isso poderia ser resolvido se o tributo passasse a ser cobrado no destino, onde é consumido, porque quem paga o imposto é o consumidor, todos estamos convictos disso. Ocorre que no Brasil inteiro o tributo é pago na origem, onde é produzido, e isso traz uma distorção e uma grande injustiça nacional. Quando o produto é feito em São Paulo e consumido em Santa Catarina, o tributo acaba sendo cotado lá em São Paulo e não em Santa Catarina.

Assim, inúmeros produtos produzidos aqui, no Paraná ou em São Paulo, consumidos nos estados do norte e nordeste, são pagos pelos consumidores de lá, no entanto o tributo é contabilizado aqui nos estados do sul, dando aquela falsa impressão de que o sul é que trabalha mais do que o nordeste, do que o norte, porque aqui produzimos e lá apenas são consumidos.

Quer dizer, hoje, a grande arte, muito mais do que produzir, é ter o mercado consumidor. Então, está chegando a hora de todos nos unirmos e fazermos pressão sobre o Congresso Nacional para que aprove as várias iniciativas de reforma tributária, para conseguirmos instituir justiça tributária, justiça social, para que o tributo cumpra a sua finalidade. Para isso, o tributo deve essencialmente retornar àqueles que pagam, àqueles que de fato consomem, e não àqueles que produzem.

Seguramente, se fizermos esta alteração, que é importante, vai ser um grande avanço para o Brasil e estaremos promovendo justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Darci de Matos, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, a Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista, que tem a

participação de 18 deputados, promoveu ontem uma das maiores e mais importantes reuniões nesta Assembleia Legislativa.

Tivemos a presença de mais de 500 empresários representando as microempresas do estado de Santa Catarina, presidentes de entidades empresariais, 20 srs. parlamentares e a presença do secretário Antônio Gavazzoni, a quem agradeço pela presença. O presidente desta Casa também esteve presente e permaneceu todo o tempo dando apoio e participando dos debates.

Entendo ter sido essa reunião produtiva e esclarecedora. Fizemos um debate com divergências e convergências, e vamos dar continuidade a essa reunião na audiência, deputada Angela Albino, que irá acontecer no dia 26 de fevereiro, às 10h30, no Centro Administrativo, com a presença do secretário Antônio Gavazzoni e de presidentes de entidades. Todos os parlamentares estão convidados.

Tenho esperança e acredito, deputado Ismael dos Santos, que iniciamos ontem a construção de uma alternativa, de uma saída para valorizar, preservar as microempresas de Santa Catarina, que seguram a nossa economia, sem perder de vista o problema do estado de Santa Catarina, cuja arrecadação cai a cada dia que passa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darcy de Matos, quero parabenizá-lo pela realização e pela forma extremamente determinada de conduzir a reunião. Até fiquei um pouco preocupado porque quando adentrei ao recinto, por acaso ouvi dois empresários conversando entre si e um dizia para o outro: "Eu aposto com você uma caixa de uísque que o Gavazzoni não virá".

Felizmente o nosso secretário da Fazenda veio, foi extremamente coerente e sensato nas suas colocações, e estamos juntos, deputado Darcy de Matos, torcendo para que de fato tenhamos um desfecho positivo para Santa Catarina porque é isso que o governo e os catarinenses querem.

Parabéns pela sua atuação!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Quero agradecer a todos os deputados que estiveram presentes no evento, à deputada Angela Albino que esteve presente e se pronunciou, enfim, a todos que participaram.

Deputado Ismael dos Santos, quero fazer aqui duas observações: enaltecer, elogiar a grande mobilização das entidades empresarias e dos empresários que representam as microempresas de Santa Catarina. Foi a reunião mais representativa de uma frente parlamentar que vi na história do Parlamento catarinense.

Então, os empresários mobilizados, organizados, fizeram uma exposição esclarecedora, e temos que respeitar, sim, a importância que têm as microempresas para a economia de Santa Catarina.

Por outro lado, quero fazer menção à presença corajosa, transparente do secretário Antônio Gavazzoni. Quer dizer, o governo se dispõe a debater, a discutir com os catarinenses, com os empresários que representam as microempresas esta questão do Decreto n. 1.357/2013.

É desta forma que vamos avançar e construir uma alternativa, debatendo, discutindo e buscando o entendimento. Essa é a característica, essa é a cara do estado de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, trago, deputado Ismael dos Santos, deputado Neodi Saretta, a preocupação com a concentração dos impostos em Brasília. Isso não foi criado pela presidente Dilma Rousseff, isso vem de muitos anos, de muitas décadas, de muitos séculos, deputado Mauro de Nadal. Externo a minha preocupação com a ação do governo federal nos últimos anos. Vejamos: no ano passado foi aprovada a Resolução n. 13, que tirou R\$ 600 milhões por ano do caixa de Santa Catarina, o que vai eliminar em torno de oito mil em postos de trabalho no estado. Isso é fato e nos preocupa. Claro, a presidente Dilma Rousseff consegue empréstimos do BNDES para o estado, mas são empréstimos.

Agora está no Congresso Nacional a medida provisória do governo federal e vou ler a declaração do ministro Mantega.

(Passa a ler.)

"O ministro da fazenda, Guido Mantega, propôs a unificação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) interestadual para acabar com a guerra fiscal entre os estados. A alíquota seria unificada em 4% para todas as mercadorias que passam de uma unidade da Federação para outra. Atualmente o imposto é de 7% ou 12% dependendo do estado de origem da mercadoria."

O que significa isso, deputada Angela Albino? Significa uma tragédia para os estados produtores, como é o caso de Santa Catarina. Essa resolução vai quebrar Santa Catarina. Essa é a grande verdade. E temos que enfrentar esse debate. Em contrapartida, deputado Neodi Saretta, vai criar um fundo para compensar os estados. Então, o objetivo é fortalecer cada vez mais a união. Quer dizer, você enfraquece os estados, os municípios e cria um fundo para compensar os estados que vão ser atingidos diretamente, principalmente os produtores, como é o caso deste estado. Aí vamos ficar à deriva, subordinados e com o pires na mão, pedindo recursos para a presidente Dilma Rousseff.

Essa é a reflexão que faço, porque o problema do Brasil é a concentração da renda; é o chamado Pacto Federativo que não acontece; é a reforma tributária que todo mundo defende e não acontece. Já estamos falando de 70% de impostos, da escorchantes carga tributária que chega a 40% da nossa economia, que permanece nas mãos da união, da presidente da República. Quer dizer, 13% ficam nos municípios e 19% nas mãos do estado, mas a vida acontece nos municípios. No Canadá, na Alemanha e nos Estados Unidos ocorre o inverso, a maior fatia do bolo permanece no município.

Essa é a reflexão que devemos fazer, com essa resolução que está no Senado, com a Resolução n. 13, que está empobrecendo os estados e, sobretudo, os municípios. Quem sabe possamos, todos os partidos, mas principalmente o Partido dos Trabalhadores, buscar uma interação com os deputados federais, com os senadores para que essa resolução não venha a ser aprovada, porque a aprovação dessa resolução que está no Congresso Nacional vai significar definitivamente o fim, a quebradeira, a falência definitiva dos estados produtores, inclusive Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL.

Quero dizer que no dia de ontem, paralelo à sessão que aconteceu na quarta-feira, tivemos um ato muito importante na cidade de Chapecó, inclusive me desloquei para lá, assim como o deputado Gelson Merisio. Logo, não poderia deixar de trazer aqui, nesta Tribuna, as informações que foram veiculadas no referido município.

Tratou-se da entrega de equipamentos para a Segurança Pública através do programa Enafron - Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras, em Santa Catarina. É um programa do governo federal, da secretaria nacional de Segurança Pública, vinculada ao ministério da Justiça, que passa a disponibilizar para as regiões de fronteira, como é o caso do extremo oeste catarinense, que faz divisa com o Paraná e Argentina, recursos significativos destinados a viaturas, equipamentos para as polícias como rádio para comunicação, bem como toda estrutura de armamentos e assim por diante. Foi um ato bastante importante.

O programa Enafron será feito em quatro etapas. Nesta primeira etapa foram entregues R\$ 3.430.251,00 para estruturar os núcleos integrados de inteligência de fronteira e aporte de viaturas e equipamentos para a Polícia Militar, Civil e o Instituto Geral de Perícias. Também em edital já foram anunciadas a segunda e terceira etapas, Enafron II e III, que vão reequipar e modernizar tecnologicamente as unidades especializadas de toda linha de fronteira: Polícias Militar, Civil, IGP, Rodoviária e Ambiental. E o Enafron III destinará R\$ 4,5 milhões para aquisição de uma aeronave, helicóptero, que vai ser instalado numa base avançada de Polícia de fronteira na região oeste de Santa Catarina, mais especificamente em Chapecó. Já o Enafron IV fará a destinação de R\$ 12.559.529,00 para implementação da migração do modelo de rádio de comunicação analógica para digital em toda extensão da faixa de fronteira do estado catarinense, incluindo o município de Chapecó.

Por isso, fiquei muito feliz como parlamentar em perceber que ao contrário do que acontecia em governos anteriores, quando se dizia que a Segurança Pública é apenas uma responsabilidade constitucional do governo do estado, nós temos uma perspectiva diferente quando o governo federal, através da secretaria nacional de Segurança Pública, traz recursos aos municípios e aos estados brasileiros.

É importante destacar a presença, diria que quase inovadora, das diferentes polícias, como já citei, neste ato. Não é incomum termos anúncios de recursos e de programas na área da Segurança Pública integrando as polícias, mas é a primeira vez, que me lembre, de ver no mesmo espaço as Polícias Civil, Militar, Ambiental, Rodoviária e o Corpo de Bombeiros. Fiquei muito feliz, como deputada, em perceber que o governo federal tem essa perspectiva de integração das polícias e esse é o caminho. O próprio governador, Raimundo Colombo; o secretário de Segurança Pública, o diretor-geral da Polícia Civil e o coronel do Corpo de Bombeiros estavam presentes, todos enaltecendo esse modelo de integração das polícias.

É desafiador pensarmos na integração das polícias na região de fronteira. Todos nós sabemos que é pelas fronteiras do nosso país, deputado Volnei Morastoni, que entram as drogas, por exemplo. E a própria secretária nacional de Segurança Pública dizia, deputado Ismael dos Santos, os Estados Unidos têm três mil quilômetros de fronteira e têm muitas dificuldades em garantir a segurança mesmo tendo essa extensão, agora,

imaginem o Brasil com 17 mil quilômetros de fronteira. Se os Estados Unidos têm dificuldades com três mil quilômetros, com um muro que divide os Estados Unidos e o México, e mesmo assim existem muitos problemas e a droga também entra, imaginem o Brasil com 17 mil quilômetros de fronteira. Então, é um grande desafio para a nação brasileira.

Sai daquele encontro muito otimista com esta perspectiva. Todos nós sabemos o que aconteceu em nosso estado, os mais de 100 atentados em inúmeras cidades do litoral e do interior. E neste momento tão fragilizado do ponto de vista da insegurança que causam esses crimes, temos a notícia de um programa tão bom como esse, que integra as diferentes polícias do nosso país.

Acredito que só conseguiremos avançar numa política de segurança pública se de fato os governos se entenderem, as polícias conversarem, dialogarem, se os policiais militares, civis, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, Polícia Rodoviária, forem respeitados, forem ouvidos e tiverem um plano de carreira decente que os estimule a continuar colocando sua vida na trincheira do crime para defender as famílias e a população de Santa Catarina.

Então, quero tecer meus elogios a esse programa, temos certeza de que este é o caminho. O caminho é o diálogo, o fortalecimento das polícias. O caminho é os governos não partidarem a política e a Polícia. Ou seja, conseguirmos ações republicanas, independentemente de quem é o governador, de quem é o prefeito, precisamos garantir investimentos na segurança pública. E acho que o nosso governo federal deu demonstração clara de que faz isso com muito brilhantismo.

Parabéns a todos os que estão envolvidos neste espírito de polícia e segurança pública. Como deputada do oeste de Santa Catarina, de Chapecó, quero dizer que vamos continuar cobrando mais segurança para todas as regiões do estado. Vamos continuar perseguindo a ideia da integração, do diálogo e do respeito aos bons profissionais que existem na segurança pública. Aqueles que não são bons, que saiam da corporação e deixem os bons trabalharem e terem, quem sabe um dia, o reconhecimento salarial e de carreira por esta belíssima profissão que é tão importante para a garantia da segurança de todos.

Então, deixo o nosso reconhecimento. Estamos felizes com este programa.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

(Pausa)

Na desistência do PMDB, passaremos ao horário destinado ao Partido dos Trabalhadores.

(Pausa)

Na desistência do Partido dos Trabalhadores, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

(Pausa)

Na desistência do PSDB, passaremos ao horário destinado ao PTB.

(Pausa)

Na desistência do PTB, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Na desistência do PP, passaremos ao horário destinado ao PSD.

(Pausa)

Na desistência do PSD, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0031/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Discussão e votação do Pedido de Informação n. 0004/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado aos secretários da Casa Civil, da Fazenda e da Assistência Social, Trabalho e Renda, solicitando informações sobre as razões do não cumprimento dos termos das Leis n.s.: 15.390/10 e 15.588/11.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Na desistência do PSD, passaremos ao horário destinado ao PSD. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Reporta-se à Medida Provisória n. 595 que tramita no Congresso Nacional.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se a respeito de colocações do jornalista Roberto Salum.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (Pela ordem) - Solicita providências do Parlamento com relação às colocações do jornalista Roberto Salum.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à ferrovia da integração leste-oeste.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Reporta-se a recursos do governo federal.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Registra episódio ocorrido no oeste catarinense, com o salvamento de uma criança por dois cães de estimação.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Lê artigo publicado no *Diário Catarinense* no dia 6 de fevereiro.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Registra requerimento de sua autoria.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Manifesta-se a respeito do Instituto Federal Catarinense na cidade de Abelardo Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, em função de um problema pessoal, uma fratura no pé esquerdo, estou dependendo de muletas e de cadeira de rodas. Por isso, estou

sentindo dificuldade em realizar algumas atividades e até ter acesso mais fácil à tribuna. Em outro momento vou fazer questão de ocupar a tribuna para falar sobre acessibilidade, porque só quando passamos por uma situação como a que estou vivenciando no momento é que conseguimos enxergar e ver determinadas situações que no dia a dia normalmente não percebemos.

Nessas últimas três semanas que estou nestas condições, aqui dentro da Casa e em várias outras instituições, tenho me defrontado com uma situação que realmente me chama atenção. Portanto, precisamos debater com muito mais intensidade e seriedade essa questão da acessibilidade.

Venho hoje à tribuna porque ontem à noite na minha cidade de Itajaí participei de uma reunião muito intensa, movimentada, calorosa e de ânimos exaltados, com os trabalhadores portuários, tendo em vista a Medida Provisória n. 595, que tramita no Congresso Nacional.

Essa medida provisória é uma intenção do governo federal em estabelecer um novo marco regulatório para os portos brasileiros, mas da forma como está concebida e como aportou no Congresso Nacional, no Senado Federal, ela tem muitos equívocos, muitos senões. Por isso, dou razão aos trabalhadores portuários, aos estivadores, arrumadores, conferentes, guardas, entre outros, porque realmente, se assim for,

praticamente vai comprometer o mercado dos trabalhadores avulsos portuários de todas as categorias de uma forma inaceitável.

Falo isso porque acompanho esse assunto desde que me elegei vereador, em 1988, para o meu primeiro mandato, em 1989, que coincidiu com eleição do presidente Collor, quando, à época, foi extinta a Portobras, deixando os portos brasileiros à deriva, sem pai nem mãe, e o nosso porto de Itajaí ficou subordinado ao porto de Santos, à Codesp. Quer dizer, o porto de Itajaí para comprar um parafuso tinha que pedir licença para a Codesp, que administrava o porto de Santos.

Iniciamos um grande movimento que culminou com a municipalização do Porto de Itajaí, em 1995, deputado Kennedy Nunes. Essa foi uma das maiores conquistas e o Porto de Itajaí tornou-se uma referência nacional, embora um porto pequeno, mas ágil, superavitário, exemplo até no exterior. E grande parte dessa destacada movimentação reconhecida do Porto de Itajaí deve-se à mão-de-obra, aos trabalhadores avulsos portuários de todas as categorias: estivadores, arrumadores, conferentes, guardas, consertadores. São muitas categorias que formam os chamados trabalhadores avulsos portuários.

No entanto, de lá para cá, sucessivamente, os portos brasileiros passaram por vários momentos de adaptação e modernização, e os trabalhadores sempre saíram perdendo, sempre foram considerados os vilões, sempre foram injustamente considerados aquilo que estaria prejudicando a modernização e a eficiência dos portos. Mentira! Grande parte do desempenho dos portos brasileiros - e eu tiro isso por Itajaí - deve-se à qualidade da mão de obra desses trabalhadores portuários, que mesmo antes dos *portainers*, antes dos *containers*, antes de toda a modernidade que há, hoje, carregaram no seu lombo as riquezas que entravam e saíam do Brasil através das importações e exportações, trabalhando no sol, na chuva e nas madrugadas frias nos porões dos navios.

Eu tive a oportunidade de acompanhar, nesses mais de 25 anos em que eu acompanho os trabalhadores dos portos, andando pelos portos brasileiros, participando de plenárias nacionais de todas as categorias... E ainda no ano passado, em Brasília, participei de uma plenária nacional dos trabalhadores, que estavam preocupados sabendo que o governo estava engendrando lá na Casa Civil um novo marco regulatório. E já se tinha notícias de determinadas regras negativas e prejudiciais para os trabalhadores.

No entanto, agora isso se configura na Medida Provisória n. 595. E os trabalhadores, da forma como está colocado, poderão perder consideravelmente o seu importante mercado de trabalho nos portos brasileiros. Por que essa privatização? Por que essa entrega de terminais privados para o setor privado? Mas há a entrega também de terminais públicos, de portos públicos, para os setores privados, que vão poder contratar mão-de-obra ao seu bel prazer, não tendo mais a obrigatoriedade de contratar a mão de obra através dos trabalhadores avulsos portuários, através do órgão gestor de mão de obra, mas poderão contratar livremente no mercado pessoas sem qualificação, em detrimento dos trabalhadores portuários, e que não é uma questão de emprego. Na verdade, é a profissão deles, como trabalhadores portuários.

O governo diz que essa medida provisória tem como objetivo, para a exploração dos portos organizados e instalações portuárias, aumentar a competitividade e o desenvolvimento do país. E coloca entre essas diretrizes, e justifica, assim, por que essa medida provisória é um estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados em instalações portuárias. E diz que isso é para a valorização e a qualificação da mão de obra portuária e a eficiência das atividades prestadas.

Como que pode realmente ser um movimento para valorizar a mão de obra e a qualificação da mão de obra portuária, se os trabalhadores portuários que durante esses anos e décadas, para não falar de século, vão sendo preteridos, jogados para o escanteio, vão ficando em segundo plano, para que os operadores portuários privados, dos portos públicos e dos privados, simplesmente contratem a mão de obra que bem entender, sempre prejudicando? Ora, chega de colocar nos ombros dos trabalhadores dos portos a pecha da ineficiência dos portos. Tem várias medidas provisórias que devem ser tomadas. Eu sei dos grandes negócios e negociações que são feitos nos cais dos portos brasileiros, que justificam determinadas atitudes do governo federal, mas nunca se justifica que essas atitudes tenham como objetivo principal, e acabam tendo da forma como aqui está colocado, prejudicar os trabalhadores.

Por isso, estou aqui fazendo essa manifestação.

Há pouco a ministra Ideli Salvatti me ligou, falando sobre esse assunto, dizendo que o senador relator dessa medida provisória vai chamar audiências públicas, que nós esperamos, sobre essa matéria. Esperamos também que as mais de 600 emendas que estão no Congresso Nacional sejam analisadas pelo senador relator, que possam rever, em favor dos trabalhadores, a sua segurança, o seu mercado do trabalho, para que de fato a competitividade e a modernidade dos portos brasileiros possam acontecer. Essa modernidade e competitividade dos portos brasileiros jamais acontecerão em prejuízo, em detrimento, afastando os trabalhadores dos portos brasileiros de todas as categorias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente encontram-se no plenário ilustres visitantes do município de Campo Alegre, nossos vereadores, que são: Ana Lucia Piske, Adriano Roscooper, Francisco Kune. A nossa saudação pela vinda à nossa Casa.

Sintam-se à vontade e obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A Presidência agradece a visita ilustre dos dignos representantes de Campo Alegre, que aqui estão. Bem-vindos à nossa Casa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os visitantes, entidades, pessoal que está aqui se manifestando. Sejam bem-vindos.

Também quero registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, vereador Ulisses Baesso, juntamente com os vereadores daquele município, que acompanham e participam aqui de um evento promovido pela Fecam. Sejam bem-vindos todos os visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Além do presidente Ulisses Baesso, temos a presença dos vereadores: Rafael, Ederson, Luciano, Jeferson e Adriano. Agradecemos a presença. Sejam bem-vindos. Além disso, temos a visita ilustre do vice-prefeito de Nova Erechim, Milton Tomazzi, e também do vereador Algelins Calon, do município de Blunópolis, do prefeito Adenil da Rosa, do vereador Vilson Becker, do presidente da Câmara, Eder Rodrigo, e da secretária da Câmara Karine Escolari.

Ainda queremos cumprimentar e agradecer a presença do prefeito Luiz Napolli, de Jaguarauna, que se encontra aqui também.

Sejam bem-vindos.

Está também aqui presente a Associação Camelódromo de Florianópolis, junto com os representantes do Direto do Campo. Queremos também cumprimentá-los e dar-lhes as boas-vindas à nossa Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, telespectadores da TV Assembleia e da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham aqui, presentes nesta sessão de terça-feira, especialmente as pessoas que se manifestam pelo direito de trabalhar, camelôs da nossa cidade, garanto que não queria voltar a esse assunto, mas tem coisas que não dá para a gente deixar.

Na semana passada, quem estava aqui ou acompanhou pela TV pôde ver que me manifestei a respeito de algumas frases do apresentador de televisão Roberto Salum sobre este deputado. E aí, na última sexta-feira, ele gastou mais de 20 minutos do seu programa, na televisão RIC-Record, em horário nobre, para falar daquilo que eu falei, evidentemente que para distorcer, para me chamar de mentiroso. Ele mentiu para me chamar de mentiroso, aliás, anunciou no dia anterior que eu sou um mentiroso e que no dia seguinte ele iria mostrar. No dia seguinte não provou nada que diga que sou um mentiroso, inclusive distribuiu algumas mentiras, talvez não por má fé, mas por acreditar em alguns desafetos que temos, gente que na melhor das hipóteses morre de inveja pelo fato de estarmos aqui e que faz parte, inclusive, alguns, acredito, da nossa própria categoria. E o Salum está se alimentando de informação desses indivíduos.

Querida pedir à assessoria que passasse o primeiro vídeo, que não vai falar dessa questão a meu respeito e sim outras questões sobre o estado de Santa Catarina, segurança pública etc., pois eu gostaria muito que a Assembleia Legislativa, os deputados e a população pudessem refletir acerca da qualidade, do nível civilizatório temos aqui, neste programa de televisão.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Só essa última frase é que foi em relação a este deputado. Os srs. deputados acompanharam que o restante do tempo foi sobre as autoridades do governo do estado, aliás, o governo do estado do qual o partido dele é aliado, mas que mostra aí uma disputa dentro do governo por cargo de secretaria, de secretário, de comando etc.

Se eu fosse apenas a metade irresponsável do que esse cidadão tem sido, defenderia a candidatura dele para secretário da Segurança, que é o grande desejo histórico e um dos motivos por que ele não gosta da Aprasc e deste deputado, porque nós nunca o apoiamos. Se eu tivesse a metade da irresponsabilidade dele, eu o apoiaria, porque em seis meses o governo cairia com esse tipo de ideia, com esse tipo de postura, e nenhum governo resistiria seis meses.

Chamou-me de mentiroso porque eu disse que ele está aqui desde 2008, liberado pela Mesa Diretora da Assembleia da escala de serviço onde deveria trabalhar e que está comissionado, sim, desde o dia 1º de fevereiro. Está no Diário da Assembleia Legislativa.

Chamou a Aprasc e o nosso mandato de cabide de emprego, mas nenhum dos salários comissionados lá do nosso gabinete é do tamanho do dele, faz pouco tempo, esse agora começou de fato. O Roberto Salum é comissionado desta Mesa Diretora! Desta aqui, não é de outra! É desta aqui! É aqui que ele come, para não precisar, inclusive,

cumprir escala. Claro, ele deve ter um salário generoso na RIC Record também.

Está disputando politicamente, eleitoralmente, com este deputado e com outras possíveis lideranças da Aprasc. Falou 20 e poucos minutos, disse que fez dobradinha comigo em 2006, por isso que fiz 40 mil votos e que a maioria desses votos foi ele quem fez! E que em 2010 ele não fez mais, e daí diminuíram os meus votos em 5%. Ele foi candidato a deputado federal em 2006, em 2010. E de 2006 para 2010 ele teve diminuída em mais de 50% a sua votação.

Eu nunca fiz dobradinha com esse tipo de político e nunca farei. Só fiz uma dobradinha na última eleição para deputado federal com o Sargento Sobrinho, diretor da Aprasc lá no extremo oeste. Ele não tem um programa de televisão e fez mais votos do que o Roberto Salum.

Eu não vou mais responder a esse tipo de coisa porque não vou usar esta tribuna para entrar nesse debate de quem está disputando base eleitoral.

A Aprasc não é uma entidade assistencialista, porque não quer ser! E muitos dos informantes que Roberto Salum usa já foram diretores e ajudaram a falir diversas entidades de praças no passado, justamente por causa da pretensão política assistencialista, que mais é demagógica do que assistencialista, que não resolve o problema de ninguém, que enrola um ou dois ou três e fali a entidade por causa disso.

A Aprasc vai muito bem, obrigado! Tem mais de 12 mil filiados. Nesta Assembleia, mais da metade é filiada também, e foi dito lá que 90% não gostam do deputado Sargento Amauri Soares. Mas, enfim, não temos tempo para isso tudo.

É preciso refletir sobre uma perspectiva civilizatória para Santa Catarina, inclusive para o uso dos meios de comunicação, porque fazer apologia do crime, tanto por parte dos agentes do estado, quanto por parte dos bandidos, e ainda incentivando, fazendo apologia a botar fogo em viatura, nessa conjuntura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)(Faz soar a campainha.) - V.Exa. dispõe de 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - E, aí, as autoridades do estado - governo do qual eu não faço parte, mas o partido do Roberto Salum faz - precisam se posicionar, bem como o Ministério Público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quanto ao que ouvimos neste plenário sobre incentivar bandido a colocar fogo em viatura, este Parlamento não pode ficar quieto.

Nós estamos aqui na cultura da paz, de resolver o problema. Colocar fogo em viatura de policiais? Como vai ficar este estado? É muito grave ouvir isso de um comunicador. Não acompanhei essa matéria. Estou ouvindo agora, mas os deputados e as deputadas desta Casa precisam fazer a cultura da paz. A Força Nacional vem até este estado para ajudar, para que não vivamos num estado de insegurança. Agora incentivar bandido a colocar fogo em viatura de policiais que têm a missão de fazer a segurança deste estado não pode ficar em branco. Lamento essa situação, mas o Parlamento tem que tomar uma posição, inclusive contra a emissora para se retratar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada. V.Exa. tem todo o direito de fazer o encaminhamento, que a Mesa tomará as providências cabíveis.

Esta Presidência registra e agradece a presença de lideranças de Passo de Torres: André Porto, Adilson Martins, Jonas Souza, Adenilson Batista e Sergio Delfino.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero me somar à fala do deputado Sargento Amauri Soares e à da deputada Ana Paula Lima, nossa líder. Esta Casa precisa tomar providências, porque é muito grave quando pessoas da imprensa catarinense e órgãos da mídia fazem esse tipo de afirmação.

Com certeza, solidarizamos-nos com esse encaminhamento e vamos discutir o que será feito com relação a essas afirmações apresentadas pelo deputado Sargento Amauri Soares desta tribuna.

Quero, nesta tarde, como coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias, abordar uma questão que precisa ser esclarecida aqui. O jornalista Moacir Pereira traz no *Diário Catarinense* uma menção à Ferrovia da Integração Oeste-Leste de Santa Catarina, e tenho acompanhado passo a passo toda essa discussão. Felizmente temos uma catarinense na coordenação da Frente Parlamentar Nacional das Ferrovias, da Câmara e do Senado, que tem feito um ótimo trabalho.

Quero apenas esclarecer aqui ao secretário Paulo Bornhausen, primeiramente, que a rodovia da integração não está fora do PAC. Está incluída, sim. E o DNIT está para fazer a licitação da empresa que irá fazer o projeto de viabilidade técnica, que é o primeiro passo para se construir uma grande obra. E hoje não tem decisão nenhuma por onde se passa essa rodovia. Tem discussões de passar pelo planalto e chegar até o porto de Itajaí, porque daí todos os portos teriam ligação, bem como da ferrovia vir por Rio do Sul, vale do Itajaí. O projeto de viabilidade técnica levantará a viabilidade e depois discutirá o encaminhamento dessa rodovia.

Agora, falar que o estado quer fazer rodovias é o mínimo de conhecimento, porque o estado já não tem condições e está atendendo à questão da segurança que seriamente está aí, à saúde com toda a situação colocada até este momento, à educação. E falar em construir rodovias, de fato, chega a ser quase uma piada. Dizem que o governo federal vai entrar como sócio majoritário. O governo federal vai pagar. O estado vai construir. Como é essa história?

Assim, quero lamentar essa informação. Com certeza, amanhã, o ministro dos Transportes estará aqui, no encontro dos prefeitos, sendo que muitos estão aqui juntamente com algumas lideranças, para esclarecer essa questão a todos os catarinenses e lideranças do nosso estado.

Sr. presidente, vamos continuar a nossa grande luta. Santa Catarina será contemplada. Felizmente, o governo do presidente Lula e, agora, o da presidente Dilma Rousseff retoma esse debate das ferrovias que foi abandonado por décadas no Brasil, infelizmente. E, hoje, paga-se o preço desse abandono da estratégia de transporte modal ferroviário no nosso país. O Brasil fica para trás de outros países do mundo por ter essa dificuldade, pelo custo de transporte muito mais caro, ambientalmente com grandes impactos, sem falar aqui na questão da segurança.

Então, nesse sentido, sr. presidente, nós vamos continuar nessa luta e acompanhar amanhã a apresentação, conforme está programado com o ministro dos Transportes, que certamente vai tratar muito bem esse tema. E nós continuaremos, através da nossa Frente Parlamentar, a discutir esse tema, acompanhando de perto, para que possa da melhor forma possível beneficiar o nosso estado no desenvolvimento do transporte ferroviário.

Portanto, sr. presidente, é isso que quero trazer nesta tarde, assim como

cumprimentar todos os prefeitos, vice-prefeitos, o nosso prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi, presidente da Fecam que está promovendo esse grande evento para discutir e trazer um conjunto de debates frente aos desafios dos municípios catarinenses.

Também, gostaria de conchamar e provocar no bom sentido todos os nossos legisladores municipais que estão nesse encontro, para discutirmos, de fato, um projeto mais avançado para nosso estado de Santa Catarina. É um estado que tem grandes desafios pela frente, perspectiva positiva, estado pequeno, tem uma economia muito forte, mas infelizmente não temos visto um grande projeto que inclua todas as nossas regiões e que desenhe uma perspectiva de desenvolvimento para os próximos 30 anos, 40 anos de desenvolvimento do futuro do nosso estado.

Por isso mesmo, deputado Sílvio Dreveck, estivemos hoje pela manhã com o secretário da Fazenda discutindo o Decreto n. 1.357 que preocupa hoje as nossas micro e pequenas empresas, que nos garantiu que até quarta-feira ou quinta-feira será achado um encaminhamento para não prejudicar nesse momento as nossas micro e pequenas empresas.

Nós estamos com a proposta de sustar esse decreto até que se encontre um caminho que possa trazer dignidade e respeito para as referidas empresas. Mas segundo compromisso, vamos dar esse tempo de confiança ao nosso secretário, ao governador Raimundo Colombo, para acharem um encaminhamento que não prejudique as micro e pequenas empresas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A título de contribuição, sobre a questão das ferrovias, deputado Dirceu Dresch, li a matéria no jornal *Diário Catarinense* e fiquei surpresa. Acho que esse secretário não tem conhecimento de causa. E convido o secretário Paulo Bornhausen para discutirmos a questão das ferrovias no dia 15 de março, na Fiesc, na Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina que chamou a Frente Parlamentar dos nossos deputados federais e senadores, presidida pelo deputado Décio Lima, para dizer que a ferrovia leste/oeste não está fora do PAC.

Convidamos então para esse debate, às 14h30, na sede da Fiesc, com o sr. Bernardo Figueiredo, presidente da logística, com o representante do DENIT e também o representante da Valec, para mostrar para todas as lideranças que estão preocupadas com a questão da ferrovia a intenção do governo federal fazer essa ferrovia no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito bem, deputada Ana Paula Lima.

Agradeço à nossa líder pela contribuição. Com certeza Santa Catarina tem sido muito bem atendida junto ao governo federal. Inclusive, deputada Luciane Carminatti, deputada Ana Paula Lima, deputado Padre Pedro Baldissera, temos recebido uma atenção muito grande. Temos mais de R\$ 7 bilhões que também o governo federal tem passado para Santa Catarina, além de outros investimentos.

Então, temos tido atendimento, e não vai ser diferente com as ferrovias. E com respeito às nossas lideranças, o nosso coordenador da Frente Parlamentar Nacional, deputado Décio Lima, estará com certeza acompanhando muito bem essa discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário é do PSDB.

Consulto o seu líder sobre quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, o meu cumprimento muito especial.

Srs. deputados, darei continuidade à fala do deputado Dirceu Dresch sobre a Federação Catarinense dos Municípios que está nesses dois dias, ontem e hoje, realizando na capital do estado de Santa Catarina o segundo congresso, reunindo prefeitos e prefeitas, gestores municipais, visando à qualificação e a organização das administrações municipais.

A Fecam é presidida pelo prefeito do município de Gaspar, nosso companheiro do PT, Pedro Celso Zuchi, esta cidade que fica no vale do Itajaí. E como bem frisei, um dos objetivos do congresso é garantir aos prefeitos e prefeitas o acesso às informações que possibilitem, srs. deputados, às prefeituras o acesso aos recursos federais para a execução de projeto.

Deputada Luciane Carminatti, refiro-me aos recursos do governo federal, porque recursos do governo do estado ainda não vi nenhum. E essa é a choradeira de todos os prefeitos e prefeitas por onde tenho andado, não só das prefeituras, mas também de algumas rodovias estaduais que não estão sendo executadas, assim como na área da Educação, Saúde, onde há um problema generalizado.

Em 2013 cerca de 200 prefeituras são administradas por prefeitos e prefeitas. E é importante que essa nova geração de prefeitos e prefeitas seja preparada para os grandes desafios que se apresentam para o desenvolvimento das cidades catarinenses.

(Passa a ler.)

“Como diz o pesquisado Sachs, um elevado índice de crescimento pode coexistir com uma dinâmica perversa de desenvolvimento, construído por meio da desigualdade e da deterioração social.

Este com certeza, srs. deputados, é o maior desafio das novas administrações municipais: garantir o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os avanços tecnológicos, avanços na área da medicina, da farmacologia, a velocidade das redes sociais, enfim, devido a esses avanços criamos também um caos urbano muito grande, as desigualdades sociais desnecessárias, a produção globalizada e o descompromisso com as pessoas”.

O que é mais importante no mundo, numa cidade, no estado, num país, são as pessoas.

(Continua lendo.)

“Por isso, devemos repensar nossas vidas em sociedade, criando gestores municipais sustentáveis, focados na implementação de instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas que considerem a sustentabilidade como transversal a todos os projetos e ações de todos os poderes.

Devemos ter a capacidade de sensibilizar e comprometer os setores privados e as sociedades locais para essas novas possibilidades de convivência social.

Quando falo, sra. deputada e srs. deputados, em cidades sustentáveis, falo dos princípios de governança que estimulem as pessoas a preservarem os seus bens naturais

comuns e que estes bens sejam acessíveis a todas as pessoas.

Quando falo em cidades sustentáveis, falo em governança que promova a justiça social e a cultura de paz entre os seus cidadãos, não a apologia do crime, deputado Sargento Amauri Soares, mas a cultura da paz que temos que desenvolver, que se contraponha ao aumento da violência urbana registrada hoje infelizmente na maioria das cidades catarinenses.”

É um absurdo o que temos vivenciado diuturnamente nos meios de comunicação. Nós estamos em cidades intranquilas.

(Continua lendo.)

“Quando falamos em novos modelos de gestão sustentável, falamos de governos que desenvolvam planejamento e desenho urbano que possibilite e favoreça espaços coletivos de convívio, valorizando os potenciais naturais de cada região.

Falar em novos modelos, srs. parlamentares, é falar também em nova maneira de educar nossas crianças e adolescentes para que desenvolvam autonomia, desenvolvam capacidade crítica que possam lhes assegurar qualidade de vida. E é com a criança e com o adolescente que precisamos trabalhar mais.

Incentivar esses novos modelos é fomentar a economia local, estimular a circulação e o consumo dos produtos produzidos nas cidades e também nos seus entornos, favorecendo e fortalecendo os pequenos empresários, os pequenos agricultores, fortalecendo e estimulando a criação de associações e cooperativas, isto, sim, são cidades sustentáveis.

Essa nova forma de governar deve também estimular o consumo responsável e valorizar os novos estilos de vida.

Quando falamos em sustentabilidade, devemos ter o compromisso em melhorar a mobilidade urbana e desestimular o tráfego de veículos, estimulando transportes coletivos eficientes, a criação de ciclovias e de parques públicos. Isso é cidade sustentável.

Não podemos falar em novos conceitos de cidades sustentáveis sem falarmos também em ações locais eficazes de promoção de saúde, que priorizem ações descentralizadas e eficazes de atendimento da população em busca de qualidade de vida e longevidade, com ações rápidas eficazes e atendimento humanizado.

Em síntese: sra. deputada, srs. deputados, público catarinense, aplicando o conceito de sustentabilidade à realidade local, podemos considerar que a promoção de um desenvolvimento municipal sustentável deve se pautar na construção das seguintes realidades:

- meio ambiente equilibrado;
- direitos fundamentais dos cidadãos respeitados, e aqui friso a questão da segurança;
- infraestrutura adequada;
- economia local equilibrada, com recursos locais ativados;
- e a gestão municipal responsável e transparente, como também o protagonismo social.

Esse foi o desafio lançado para os novos gestores dos 295 municípios do estado Santa Catarina.

É nesse espírito do momento que se realiza o congresso da Fecam, que realizaremos em Blumenau no próximo dia 08 de março, seminário de gestores municipais sobre o PAC 2. Esse seminário está sendo organizado pelo deputado federal Décio Lima será realizado em Blumenau e aberto a todos os municípios catarinenses.

Com ações estratégicas, como essa do PAC, mostramos que podemos governar dentro desse novo modelo de cidade sustentável que harmonize pessoas, valorize espaços, desenvolva economia solidária e o consumo responsável para

que possamos ter qualidade de vida e justiça social.

Gostaria que o governo do estado também, conforme a fala do governador hoje no congresso da Fecam, tivesse recursos para esses prefeitos e prefeitas, que não faça só uma choradeira dizendo que está mal, mas que pegue recursos que têm vindo do governo federal e repasse para os municípios catarinenses.

É isso que esperamos do governador, ou seja, que realize e faça seu dever de casa! Que resolva o problema da segurança pública, da saúde e da educação dos catarinenses. Estamos esperando que cumpra as promessas que fez na sua campanha eleitoral, pois em dois anos e três meses de governo não vi nenhuma mudança. E isso faz sentido também quando escutamos a fala de vários prefeitos do nosso estado. Onde está a mão estendida do governador para solucionar esses problemas? Por isso, essa reflexão tem sido feita também no congresso da Fecam, por prefeitos e prefeitas, por todos esses gestores municipais.

Queremos, então, acessar os recursos tanto do governo federal quanto do governo do estado de Santa Catarina, porque é nas cidades que moram as pessoas, e é lá que os problemas precisam ser resolvidos e que vários prefeitos têm enfrentado.”

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, nesses cinco minutos, de falar sobre assuntos mais leves e bonitos, até porque esta tribuna merece mais do que lamúrias e outras barbaridades.

Solicito à assessoria que coloque o vídeo sobre uma notícia que creio que todos tiveram conhecimento através dos meios de comunicação, no final de semana. Ouvi a notícia, no sábado pela manhã, na CBN e fui me informar melhor, porque inclusive fiquei emocionado.

Trata-se do resgate de um menino de apenas dois anos e oito meses, da cidade de Pinheiro Preto, no meio-oeste, feito pelos bombeiros militares daquela região. O menino, no final da tarde de sexta-feira, perdeu-se na roça de soja - e quem conhece uma roça de soja sabe que é mais alta do que um menino de dois anos -, numa área rural.

Cerca de 30 bombeiros de toda a região, desde Curitiba até Videira, procuraram o menino, com a ajuda de cães, durante toda a noite, que estava muito fria naquela noite, tanto que parte dos bombeiros usou jaqueta durante a madrugada para suportar o frio, 15 graus, e o menino estava apenas de calção quando desapareceu, portanto, sem camisa e sem sapatos, perdido no milharal e na roça de soja.

Já no começo da manhã os bombeiros estavam encontrando uma forma de dizer para a família que, àquela altura, seria improvável encontrá-lo consciente, talvez até com vida, um menino que passara a noite sem camisa, perdido no mato.

Eis que nos primeiros raios de sol, na busca permanente em que estavam os bombeiros, viram um movimento brusco, rápido, no meio da roça de soja. E imaginaram que eram os cachorros que estavam ajudando nas buscas, mas era o pequeno Victor Henrique Rodrigues que estava brincando dentro da roça com os dois cachorrinhos



de estimação, que praticamente todas as famílias da área rural têm.

O menino foi encontrado com saúde, evidentemente, com alguns sintomas de hipotermia. Mas a possibilidade real de uma criança dessa idade, que passa a noite inteira na rua, numa noite com temperatura de 15 graus, ser encontrada com vida é muito pequena. Mesmo um adulto sem uma vestimenta adequada, possivelmente, não estaria consciente ao amanhecer.

Então, imagina-se que os cachorrinhos de estimação da família não apenas protegeram, mas agasalharam o menino durante a noite inteira, para que ele dormisse e não fosse acometido, por demais, pelo frio.

Dessa forma, fiquei emocionado com essa história que valoriza a vida, o ser humano, em meio a tantas barbaridades que ocorrem por aí. E também nos remete à lembrança do bom trato destinado aos animais, que têm, sim, a sua racionalidade, a sua sensibilidade e a sua forma, inclusive, de se comportar e relacionar com o ser humano.

Quero parabenizar todos os bombeiros que participaram deste trabalho, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina no seu conjunto, pela soma extraordinária de homens e mulheres da mais elevada qualidade, que tiveram a honra de participar dessa operação, especialmente o soldado Pugas e a soldado Luciane que se formou em dezembro e já na manhã do último sábado teve a alegria de participar desse momento magnífico da história dessa corporação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

Antes, porém, esta Presidência registra, com muita alegria, a presença dos prefeitos de Arabutã, Jackson Patzlaff, e também de Jaraguá do Sul, Dieter Jansen.

Sejam bem-vindos!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, da mesma forma queremos endossar aqui os cumprimentos aos nossos companheiros prefeitos que nos visitam nesta tarde.

Sr. presidente, eu havia preparado outra fala para esta tarde, no horário do meu partido, mas, pela benevolência do meu ex-líder, deputado Silvío Dreveck, que usaria da palavra hoje, ele me cedeu o horário para que eu pudesse relembrar aqui alguma coisa da opinião da RBS. Isso aqui não deve ser esquecido e deve ser registrado nos anais desta Casa.

No dia 6 de fevereiro, o *Diário Catarinense* publicou uma coisa que machuca o parlamentar, que machuca o político de bom caráter, que machuca o político sério, que machuca o representante legítimo da sociedade brasileira. Por isso, passarei a ler para que eu não confunda nem os termos nem o pensamento do relator.

(Passa a ler.)

“A Política Vilipendiada”. Que termo ruim. Esse termo menospreza a política e o político brasileiro. Mas não é culpa nossa, e os senhores deputados e as senhoras deputadas verão por que dessa desmoralização.

(Continua lendo.)

“A mensagem que a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso, na abertura dos trabalhos legislativos, merece profunda reflexão dos brasileiros. Para manifestar seu sincero reconhecimento ao imprescindível papel do Congresso Nacional na construção de um Brasil

mais democrático, justo e soberano, a chefe do Executivo admitiu que a atividade política está sendo vilipendiada no país. Compreensível: naquele momento e naquela circunstância, o interesse explícito da presidente era conquistar a simpatia do Congresso para que continue sendo, como ela mesmo definiu no texto, um parceiro crítico e, ao mesmo tempo, colaborativo. Resta examinar, porém, por que a atividade política está sendo vilipendiada e por quem.

Em primeiro lugar, é preciso que se reconheça como verdade a afirmação da presidente. Vilipendiar, segundo o dicionário mais popular do país, significa tratar com vilipêndio, ter ou considerar como vil, desprezar, repelir. Não há dúvida de que expressiva parcela da população brasileira, possivelmente a maioria, repele e despreza a atividade política. Também é inquestionável que a imprensa, na sua condição de porta-voz da sociedade, reproduz esta percepção. Não passa dia sem que algum político apareça como protagonista de notícias negativas e de práticas lesivas aos interesses dos cidadãos. O preocupante da manifestação presidencial é que ela tende a encobrir as razões pelas quais os agentes políticos aparecem como vilões da democracia nacional.

Se a sua intenção não fosse afagar o Congresso, o que é compreensível numa mensagem de saudação, a própria presidente poderia ter acrescentado que a razão de tanto vilipêndio é a mesma que a levou a afastar sete ministros de seu governo nos dois primeiros anos de administração.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, que estava presente na cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos, também poderia ter contribuído com a sua parte, esclarecendo por que, como relator do processo conhecido como mensalão, condenou à prisão parlamentares, presidentes e altos funcionários de partidos políticos.

Num improvável ato de conção, talvez os próprios presidentes das duas casas legislativas que comandavam a cerimônia pudessem explicar à nação que as irregularidades de que estão sendo acusados contribuem para a política tão vilipendiada. Se eles não explicam, explicamos nós: a política só virou sinônimo de corrupção no país porque alguns governantes, ministros, parlamentares e servidores desonram a representação que lhes foi concedida pelos cidadãos. O vilipêndio, portanto, não é gratuito nem mal-intencionado: é uma reação legítima da sociedade.”

Eu faço esse registro, porque a imprensa tem criticado, tem apresentado, tem dado a sua opinião, muitas vezes, sobre coisas que não concordamos. Mas tenho certeza de que a opinião da RBS nesse depoimento retrata a razão exata do vilipêndio, da consideração que o povo brasileiro, que entende, que assiste, que escuta, que opina, que tem o direito de expressão, que muitas vezes é calado por uma minoria, mas que tem o direito da seu pronunciamento, da sua manifestação que aqui está retratado...

Esse Brasil é um país de gente muito séria, mas infelizmente temos muita gente que não é séria galgando postos, o que envergonha o povo brasileiro. Assim sendo, faço esse registro, para que eu não seja mais um que contribua para o vilipêndio da política brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertence ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence PMDB.

(Pausa)

Não havendo manifestação, encerramos o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário e que terá o encaminhamento conforme o Regimento Interno ao Projeto de Lei n. 0279/2012.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0029/2011 e 0182/2010.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0494/2012.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s 0032/2013, 0033/2013, 0034/2013, 0035/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0036/2013, 0037/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0038/2013, de autoria do deputado Manoel Mota; 0039/2013, 0040/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0041/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0042/2013, 0043/2013, 0044/2013, 0045/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0046/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0047/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Esta presidência comunica que defere os requerimentos n.s 0060 e 0061/2013, do deputado Carlos Chiodini; 0062/2013, da deputada Dirce Heiderscheidt; 0063/2013, do deputado Aldo Schneider; 0064 e 0070/2013, do deputado Neodi Saretta; 0066 e 0068/2013, do deputado Reno Caramori; 0069/2013, do deputado Valmir Comin; 0071/2013, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0072/2013, da deputada Ana Paula Lima; 0073/2013, do deputado Kennedy Nunes; 0074/2013, do deputado Ciro Roza.

Esta presidência submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0065/2013, da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao presidente do Banco Central, solicitando a análise criteriosa na aprovação do senhor João Paulo Kleinübing para a Presidência do Badesc em Santa Catarina.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é que essa que envolve João Paulo Kleinübing já prescreveu, já foi feito, inclusive, junto ao Banco Central. Não faz mais sentido, não sei a intenção, não sei nem quem é o autor, mas o trâmite já ocorreu hoje inclusive no Banco Central.

Então, já não faz sentido a Assembleia votar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós retiramos esse requerimento e conversaremos com a deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0067, do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao gerente da Anatel e aos diretores regionais das empresas de telefonia celular Claro, Vivo, Oi e Tim, em Santa Catarina, solicitando a ampliação da cobertura da telefonia móvel entre os municípios de Água Doce e a divisa com o estado do Paraná, ao longo do rodovia BR-153.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0003/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao

comandante da Base Aérea de Florianópolis, bem como ao Esquadrão Phoenix, pelos 31 anos de atividade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário destinado à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos. Antes, porém, ouço o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Presidente Joares Ponticelli, em primeiro lugar gostaria de pedir desculpas se eu não ouvi ou não vi. V.Exa. já anunciou para esta Casa os nomes dos membros das comissões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não porque nós ainda temos solicitação da alteração numa lista, srs. deputados.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, por até dez minutos, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados, todos que acompanham a agência AL Notícias, a TVAL.

Quero me manifestar hoje com referência a uma notícia muito importante e aproveitar esta tribuna também para divulgar essa notícia, uma conquista, com relação à implantação de um polo do Instituto Federal Catarinense na cidade de Abelardo Luz, cidade esta que tem o maior número de famílias assentadas, em torno de 1.500 famílias, sendo que no ano passado, no mês de agosto mais exatamente, nós realizamos uma audiência pública no assentamento José Maria, para tratar de um instituto federal voltado à educação do campo.

No dia 18 último estive em Brasília, no ministério da Educação, e recebi, deputada Dirce Heidercheidt, uma informação positiva, o anúncio por parte do diretor da rede federal de ensino dessa conquista para Abelardo Luz.

Então, nos próximos meses teremos a implantação de um polo do Instituto Federal Catarinense, o primeiro voltado à educação do campo, na rede federal, especialmente no assentamento José Maria.

Quero dizer com isso que, além de contar com servidores técnicos, também contará com um corpo de professores da rede federal e também com bolsistas, monitores, do próprio município de Abelardo Luz.

Então, acho que é uma grande conquista valorizar a educação do campo, que tem uma marca, uma trajetória, um sentido todo especial e que é muito importante para a manutenção dos nossos jovens no meio rural.

Também quero aproveitar para divulgar um requerimento que ainda foi aprovado no ano passado, quando no momento estavam em greve os servidores dos institutos federais questionando a infraestrutura, os laboratórios, o número de institutos e a própria expansão.

Como disse naquela ocasião, não é porque sou do Partido dos Trabalhadores da presidenta Dilma Rousseff que apoiamos, defendemos e temos o maior orgulho, que não fazemos o debate das condições da educação na rede federal, tanto é que aprovamos a realização, ainda no ano passado, daquela audiência pública.

Então, agora confirmo, vamos apenas esperar que seja instalada a comissão de

Educação, Cultura e Desporto e a posse do deputado Antonio Aguiar, para a realização dessa audiência já aprovada que vai tratar de outro tema, que é a qualidade da expansão dos nossos institutos federais, ou seja, quais são as demandas necessárias do ponto de vista de equipamentos, de laboratórios, de pessoal e também do número de institutos no estado de Santa Catarina.

Já tenho a autorização do próprio ministério em se fazer presente e de forma muito fraterna, como é o nosso governo federal, fazer o debate sem fugir do debate das condições, das necessidades e da necessidade desses investimentos.

Então, trazemos uma notícia positiva, que é a expansão, mas ao mesmo tempo o nosso cuidado, a nossa atenção, com relação à necessidade de que essa expansão seja vez feita com o maior cuidado e a maior condição de qualidade aos nossos estudantes, aos técnicos e aos nossos profissionais.

Trazendo essas duas notícias, também quero comungar com todos que estão acompanhando esta sessão de que já temos abertas as inscrições do Pronatec Campo, o qual busca justamente levar esse ensino técnico e profissionalizante aos agricultores de todo o Brasil, e em Santa Catarina temos 4.300 vagas disponíveis para os agricultores familiares do nosso estado.

A pré-matricula do programa terá início no dia 1º de março, e a previsão é de que as aulas iniciem em abril deste ano. São em torno de 23 cursos oferecidos aos nossos agricultores familiares, desde o produtor de leite, agroindústria familiar, processamento de alimentos, agricultor florestal, técnico em aquicultura, tratorista agrícola, fruticultor apicultor, agricultor orgânico, preparador de doces e conservas, jardineiro, piscicultor, marisqueiro, operador de trator, mecânico agrícola, pedreiro, padeiro, confeitiro, bovinocultor de leite, bovinocultor de corte, pedreiro de alvenaria e manipulador de alimentos.

O que o Pronatec quer? Quer dar atenção também às comunidades que estão lá na agricultura familiar, para que tenham o seu saber popular, a sua tecnologia, pois no mundo de hoje precisam agregar conhecimento científico e tecnológico.

Então, o agricultor que tem interesse de realizar qualquer um desses mais de 20 cursos pode procurar as organizações do campo, sindicatos, cooperativas, representantes da agricultura familiar de cada município, de posse dos documentos pessoais, e viabilizar a sua inscrição.

Eu acho que é muito importante nos dias de hoje buscarmos cada vez mais o conhecimento. Estava no final de janeiro em uma palestra, e o palestrante nos dizia com muita sabedoria que hoje a garantia de uma faculdade, diferente de antigamente, não é mais a garantia do teto, mas é o piso. Quer dizer, um sujeito no mundo de hoje precisa no mínimo pensar em fazer o ensino superior. E a partir daí continuar estudando vida fora. Aliás, esse é um tema que muitos países já estão tratando. Ou seja, o mundo exige hoje que os estudantes tenham uma profissão conciliada com o trabalho. Diante disso existem muitas universidades corporativas que já estão sendo gestadas dentro da própria empresa, e o trabalhador fica nessa empresa durante 30 anos trabalhando e nesse período participa desses cursos e desse modelo de profissionalização e de acesso ao conhecimento superior.

Então, quero trazer essa riqueza agora também ao meio rural. Precisamos fazer um movimento grande para que o conhecimento chegue ao campo. E que o nosso agricultor possa não apenas produzir

alimentos, mas também ter uma renda mais justa e decente.

Essa é a manifestação que gostaria de fazer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, em outras oportunidades assomamos a essa tribuna argumentando, deputado Neodi Saretta, um assunto que v.exa. tem pleno conhecimento.

Vou ler na íntegra o requerimento que apresento:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno e considerando que em um raio de aproximadamente 120 quilômetros da BR-153 não há antena de nenhuma operadora de celular, e os usuários que por ali trafegam sentem-se inseguros, agravado ainda pela atuação maciça dos bandidos, requer seja encaminhada ao Gerente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular Claro, Vivo, Oi e Tim, em Santa Catarina, a seguinte mensagem:

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa senhoria a ampliação da cobertura da telefonia móvel entre os municípios de Água Doce e a divisa com o estado do Paraná, ao longo da rodovia BR-153, em razão do grande fluxo de veículos e caminhões que trafegam naquela região para escoamento da produção agroindustrial, que vêm sofrendo com a falta de comunicação naquele trecho para pedidos de auxílio. Atenciosamente, deputado Joares Ponticelli."

Deputado Neodi Saretta, v.exa. tem grande atuação naquela região e com certeza já esteve nesta tribuna também se manifestando a respeito do desleixo com relação à telefonia rural. Não dá para entender que hoje essas companhias apenas olhem as cifras. Se não der lucro, não atendem.

É um trecho de um vazio de 120 km entre Água Doce e General Carneiro, Palmas e Caçador, que chamamos de corredor do malandro, onde malandros se utilizam da SC-451, que sai de Caçador e que vêm da SC-303 e SC-302, centralizando com a SC-451 sentido Paraná/Foz do Iguaçu, porque ali tem um vazio, ou seja, não tem comunicação. Não tem celular, não tem telefone fixo, a não ser de alguns fazendeiros, pois alguns produtores ainda mantêm nas suas propriedades os telefones, ainda que não funcionem direito.

Portanto, hoje, nós temos, deputado Neodi Saretta, grandes lavouras de soja, de batatinha, vinícolas e plantadores de vinhedos de altitude, como a Santa Augusta, o Maurício Grandão com a Villaggio Grandão, temos mais empresas italianas se projetando e não temos comunicação nesse trecho, o que nos cria um problema sério tanto econômico como de segurança. Por isso, voltamos mais de uma vez a insistir aos meios de comunicação, aos responsáveis, ao governo do estado e governo federal, no sentido de que propiciem pelo menos uma obrigatoriedade de uma delas se instalar. Não é possível que num meio produtivo como esse da região não tenhamos comunicação. Então, não dá.

A nossa insistência, deputado Neodi Saretta, é para que mais uma vez possamos alertar as empresas que exercem essa atividade, que detêm as concessões dos meios

de comunicação, para que analisem não só a localidade, porque é o maior entroncamento.

Caçador traz para o litoral o pessoal da Foz do Iguaçu, do Paraguai, que fazem dali o caminho da roça. Pega a BR-153, logo a SC-151 e em seguida o acesso de Água Doce a Treze Tílias, que é um ponto turístico também. E tem todo o trânsito da SC-153, que vem desde o Rio Grande do Sul e vai para o norte e nordeste.

Então, pedimos a esta Casa, que aprovou por unanimidade esse nosso requerimento, que possamos pelo menos minimizar os problemas daquela região. Agora, graças a Deus, com o apoio da prefeitura de Água Doce, instalamos lá, onde tínhamos a fiscalização do ICMS, a Polícia Rodoviária Federal, mas não temos comunicação. Temos a Polícia muito bem instalada, homens capacitados, viaturas novas, uma beleza de trabalho, mas não temos comunicação. Assim, se acontecer um problema, tem que pedir um cavalo lá na fazenda e sair correndo para avisar o vizinho mais perto que o ladrão está lá. Não é possível, deputado Neodi Saretta. Então, acho que é importante que nos debrucemos sobre isso para que venha a acontecer.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Reno Caramori, faço um aparte exatamente para me solidarizar a esse seu pronunciamento, já que em outros momentos, como v.exa. disse, abordamos essa questão.

Pelo menos já se instalou a Polícia Rodoviária Federal, mas é inadmissível que num trecho grande de rodovias, inclusive com a BR-153, uma das mais importantes do país, tenha

um grande trecho sem comunicação via celular, que hoje é a forma mais fácil e objetiva da comunicação.

V.Exa. tem razão. Aquela é uma área que precisa de uma atenção especial, e esperamos que as operadoras possam olhar para isso; que o governo, através da Anatel, possa também fazer alguma determinação, como diz v.exa., de pelo menos uma operadora possa estar ali naquela região para fazer uma área de maior proteção, pois ali acontecem muitos problemas. Mas pelo menos temos a comemorar a instalação da Polícia Rodoviária Federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Deputado Neodi Saretta, tivemos por ali vários assaltos com sequestros. Temos feitas ali que foram assaltadas, com o sequestro de esposa e filho, que foram amarrados, roubados, pois limpavam e ameaçaram. E eram fugitivos de Santa Catarina que tiveram indulto de Natal. Soltaram da cadeia, e a primeira coisa que fizeram foi assaltar.

Então, não dá. Parece-me que eles sabem que lá não tem comunicação. O bandido chega à fazenda, não tem para quem telefonar, e a cavalo é mais difícil. Mas está difícil sensibilizar as autoridades competentes nessa área. Se temos comunicações e o malfeitor entende que lá pode ter uma comunicação, ele também vai se cuidar, não vai chegar assim com toda a franqueza, amarrando a família, sequestrando, roubando, estuprando e fazendo todo tipo de falcatura, sabendo que as pessoas são totalmente indefesas.

Por isso, agradeço aos srs. parlamentares que aprovaram esse requerimento para tentar mais uma vez sensibilizar as autoridades para que pressionem essas empresas concessionárias que exercem as suas atividades socioeconômicas, mas muito mais econômica do que social, em benefício das suas empresas e deixando de atender a uma região grande, porque entendem eles que a população regional, local, não é tão grande assim. Mas é a população circulando.

Deputado Mauro de Nadal, são centenas, milhares de caminhões que circulam. E essa integração da BR-153 com a BR-451, com Palmas, nesse raio de mais de 120 quilômetros, está totalmente sem comunicação.

Então, é fácil, o bandido rouba em Caçador, rouba aqui para baixo, passa por ali, vai para o Paraguai e fica tudo numa boa.

Então, é difícil até para as autoridades cercearem esse tipo de malandragem, porque não tem comunicação. Assim é mais difícil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia, matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 081, de 27 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

#### ONDE SE LÊ:

Cargo	Código	Nome	Matrícula
Coordenador de Redes	PL/DAS-6	JOSÉ ALCIDES NAKATANI	-
Coordenador de Projetos e Desenvolvimento	PL/DAS-6	EDUARDO DE PELLEGRIN STOPASSOLI	6742

#### “LEIA-SE:

Cargo	Código	Nome	Matrícula
Coordenador de Redes	PL/DAS-6	EDUARDO DE PELLEGRIN STOPASSOLI	6742
Coordenador de Projetos e Desenvolvimento	PL/DAS-6	JOSÉ ALCIDES NAKATANI	-

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 082, de 27 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** os servidores abaixo relacionados, de suas respectivas funções de confiança, código PL/FC-5, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de março de 2013.

Matrícula	Nome do Servidor	Nome Função
763	CARLOS CASTILHO DE MATTOS	Gerência - Sistema de Controle do Orçamento de Gabinete
1429	CARLOS HENRIQUE MACHADO	Gerência - Controle de Processos de Compras de Bens e Serviços
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	Gerência - Comissão Parlamentar de Inquérito
1085	EDSON TADEU BEZ	Gerência - Projetos e Desenvolvimento
1349	ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE	Gerência - Sessões Solenes e Especiais
1381	ILKA MARIA FRETTE	Gerência - Cerimonial

1847	ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES	Gerência - Cultural
1238	ITAMAR JOSE EFFTING	Gerência - Segurança e Administração de Rede
1964	JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO	Gerência - Protocolo-Geral
1339	JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO	Gerência - Suporte e Treinamento
1228	RICARDO VALERIO ORIANO	Gerência - Suporte e Manutenção
1598	SANIA BARRETO	Gerência - Patrimônio
1013	SERGIO LUIZ SELL	Gerência - Controle de Frequência
1426	THESSALIA MAY RODRIGUES	Gerência - Centro de Memória
2172	WELLINGTON JOSE ZOMKOWSKI	Gerência - Controle e Registro de Proposições

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 083, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR DANILO BARCELLOS COUTINHO**, matrícula nº 4006, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 084, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR DANILO BARCELLOS COUTINHO**, matrícula nº 4006, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 085, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MICHELLE CRISTINA TODESCATTO**, matrícula nº 6976, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 086, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR MICHELLE CRISTINA TODESCATTO**, matrícula nº 6976, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-3, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 087, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR MILTON SANDER**, matrícula nº 3209, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-3, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 088, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3266, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-7, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 18 de fevereiro de 2013 (MD - Gabinete da Presidência - Tubarão).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 089, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

**DESIGNAR** o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe de Seção - Centro de Documentação Jornalística, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 18 de fevereiro de 2013 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
 Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
 Deputado Manoel Mota - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 090, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC.

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no 2º Aditivo ao Convênio Técnico-Institucional, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú e a Assembleia Legislativa, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

**COLOCAR À DISPOSIÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, até 31 de dezembro de 2014, o servidor **PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA**, matrícula nº 1830, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de janeiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 091, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício SAN/GABS nº 15/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011/2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

**COLOCAR À DISPOSIÇÃO** da Secretaria Executiva de Articulação Nacional, em Brasília /DF até 31 de dezembro de 2014, a servidora **Márcia Dittrich Tosetto**, matrícula nº 1469, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 092, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1577/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **DÉBORA MARA CARDOSO BORGES**, matrícula nº 1294, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 39,17% (trinta e nove vírgula dezessete por cento) do valor equivalente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 60,83% (sessenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar de 18 de fevereiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 093, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2031/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**, matrícula nº 0694, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor equivalente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 30% (trinta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, substituindo percentuais já agregados pela Resolução nº 621/88, de 20/07/1988 e pelo Ato da Mesa nº 99, de 02/05/2007, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar de 01 de março de 2013. Por ser ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 094, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0030/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ROSANI VIEIRA**, matrícula nº 1103, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, a contar de 24 de dezembro de 2012.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 095, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0099/2013

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **RITA DE CÁSSIA ALTHOFF COUTINHO**, matrícula nº 1579, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 096, de 27 de fevereiro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0081/2013

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **PAULO ELISEU SANTOS**, matrícula nº 1788, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS (DOBRADEIRA DE PAPEL ELÉTRICA, CORTADEIRA DE CARTÕES DE**

**VISITA, COLOCADORA DE ESPIRAL ELÉTRICA E PERFURADORA DE PAPEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC**

**DATA:** 13/03/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de março de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATOS****RETIFICAÇÃO**

Diante de lapso de publicação, ao Extrato 131/2012 publicado dia 13/09/2012 no Diário Oficial nº 6.465, página 22, retifica-se conforme segue:

**EXTRATO 131/2012**

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 007/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 011/2012.

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>LOTE 17</b>						
1	30	unidade	Cartucho de toner 3960-A preto (original) para multifuncional HP 2840-Q	HP	R\$ 175,00	R\$ 5.250,00
2	22	unidade	Cartucho de toner 3961-A ciano (original) para multifuncional HP 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
3	22	unidade	Cartucho de toner 3962-A amarelo (original) para multifuncional Hp 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
4	22	unidade	Cartucho de toner 3963-A magenta (original) para multifuncional Hp 2840-Q	HP	R\$ 195,00	R\$ 4.290,00
5	20	unidade	Cartucho de toner q2612-A (original ou compatível) para impressora HP Laser Jet M1005	HP	R\$ 117,00	R\$ 2.340,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 20.460,00</b>

**1ª REGISTRADA: Comercial Cronus Ltda.**

Endereço: Rua João Alencar Guimarães, nº 825, Santa Quitéria, Curitiba/PR  
CEP 80310-420

Fone/fax (41) 3245-1041

e-mail: sac@comercialcronus.com.br

CNPJ/MF nº 11.975.632/0001-97

**2ª REGISTRADA: Dial Supri Distribuidora Ltda.****LOTE 24**

1	30	GALAO	Álcool 73,4 gel para higienização (galão 5 l)	ONIXX	R\$ 19,50	R\$ 585,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 585,00</b>

**1ª REGISTRADA: Comercial Cronus**

Endereço: Rua João Alencar Guimarães, nº 825, Santa Quitéria, Curitiba/PR  
CEP 80310-420

Fone/fax (41) 3245-1041

e-mail: sac@comercialcronus.com.br

CNPJ/MF nº 11.975.632/0001-97

**2ª REGISTRADA: Satélite Comercial Ltda.**

Florianópolis, 13 de setembro de 2012  
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC  
Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013  
Coordenadoria de Licitações e Contratos

\*\*\* X X X \*\*\*

**RERRATIFICAÇÃO****EXTRATO Nº 216/2013**

Diante de lapso de secretaria, rerratifica-se o Extrato nº 216/2013, conforme segue:

Onde se lê "Extrato 216/2013" **leia-se** "Extrato 216/2012" e "período compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2017", **leia-se** "período compreendido entre 07/02/2013 e 31/12/2017".

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

Coordenadoria de Licitações e Contratos

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 005/13**

São Francisco do Sul do Sul-SC, 14 de fevereiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de São Francisco do Sul referente ao exercício de 2012.

Vilson Almeida dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 006/13**

Blumenau-SC, 20 de fevereiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Sociedade Espírita Encontro Fraterno**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Gilda Maria Ayres Pereira

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 007/13**

Balneário Barra do Sul-SC, 08 de fevereiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Gilmar Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 008/13**

Florianópolis, SC 26 de fevereiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa da Provisão Assistencial de Santa Catarina, referente ao exercício de 2012.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/02/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 519, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **NADIA REGINA PEREIRA**, matrícula nº 1534, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia do Plenário, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**, que se encontra em licença médica por 30 (trinta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 520, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

**DESIGNAR** a servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA**

**RAMOS BURGER**, matrícula nº 1571, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, que se encontra em licença saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (DL - Coordenadoria de Expediente).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 521, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JOCIMAR VALSOLER**, matrícula nº 6987, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 522, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **WAGNER RODRIGO GARCIA DE QUEIROZ**, matrícula nº 7146, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 523, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR NAJUR RONSANI** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mauro de Nadal - São Lourenço D'Oeste).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 524, de 27 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ILTON DONATO DE ALMEIDA**, matrícula nº 6958, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Ismael dos Santos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 525, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR CUSTODIO DE SOUZA**, matrícula nº 2838,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-95, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 526, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ALEXANDRE GONZAGA DOS SANTOS**, matrícula nº 5253, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de março de 2013 (Gab Dep Kennedy Nunes).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 527, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ALEXANDRE GONZAGA DOS SANTOS**, matrícula nº 5253, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 528, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **EDESIO CIRILO PEREIRA**, matrícula nº 5923, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Liderança do PSDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 529, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SEBASTIÃO JOSÉ HANG** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Brusque).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 530, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **VALDIR MACHADO DOS SANTOS**, matrícula nº 3036, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 531, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VALDIR MACHADO DOS SANTOS**, matrícula nº 3036, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Mauro de Nadal).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 532, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 002/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 533, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, na DCS - Diretoria de Comunicação Social, a contar de 18 de fevereiro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 534, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **WILSON JOSÉ OPOLSKI**, matrícula nº 6803, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 535, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **RODOLFO LUIZ POYER**, matrícula nº 3421, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 536, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **GABRIEL PEIXER**, matrícula nº 6430, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 537, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **TARCISIO KOCK**, matrícula nº 5326, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 538, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **NERI LUZ DE AZEVEDO**, matrícula nº 6287, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 539, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SIMONE KUHNEM RAUPP**, matrícula nº 5164, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 540, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SIMONE KUHNEM RAUPP**, matrícula nº 5164, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-60, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 541, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER**, matrícula nº 6752, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 542, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,



**NOMEAR RENÊ VON HOHENDORFF MULLER** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 543, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 544, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **RUTE MAURINA CORREIA GUEDES**, matrícula nº 6723, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 545, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ILTON DONATO DE ALMEIDA**, matrícula nº 6958, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 546, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ILTON DONATO DE ALMEIDA**, matrícula nº 6958, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Ismael dos Santos - Itajaí).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 547, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LEIDIANE FERNANDA GERHARDT SELL** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 548, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **RALFINO SCHAEFER**, matrícula nº 7271, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (MD - 4ª Secretaria).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 549, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RALFINO SCHAEFER**, matrícula nº 7271, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-74, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (MD - 4ª Secretaria - Rio do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 550, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **RUBIO MARCIANO FERREIRA**, matrícula nº 6590, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 551, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RUBIO MARCIANO FERREIRA**, matrícula nº 6590, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta - Xavantina).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 552, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IVANDA MARCHIORO SANTHIER**, matrícula nº 3194, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 553, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR IVANDA MARCHIORO SANTHIER**, matrícula nº 3194, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta - Concórdia).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 554, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR NERI ANTONIO DEMETRIO**, matrícula nº 3126, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-63, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 555, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VILMAR CONRADO**, matrícula nº 5754, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Darci de Matos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 556, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TEREZA VIERHELLER** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 557, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete do Deputado Gelson Merisio **ORANDINA MARIA VIEIRA**, servidora da Procuradoria Geral do Estado, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, a contar de 01 de fevereiro de 2013.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 558, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **CLAUDIR JOSÉ MARTINS**, matrícula nº 1501, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência-técnica - Planejamento e desenvolvimento institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOÃO PACHECO DOS REIS, que se encontra em licença para tratamento de saúde, a contar de 18 de fevereiro de 2013 (GP - Diretoria Geral).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 559, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PAULO LOPES DA SILVA**, matrícula nº 6551, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Darci de Matos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 560, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IVONETE SOARES DE SOUZA ZANOLLI**, matrícula nº 6731, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 561, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOSE ZANOLLI**, matrícula nº 3278, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari - Criciúma).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 562, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **TANNAY VAZ JUNIOR**, matrícula nº 6902, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Volnei Morastoni).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 563, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA**, matrícula nº 6622, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-73, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 564, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA AMÁLIA FIABANE**, matrícula nº 6992, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-66, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 18 de fevereiro de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 565, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANICETO ADELINO DUTRA**, matrícula nº 3800, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Vice-Presidência - Anita Garibaldi).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 566, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ÉDER MESQUITA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 1ª Vice-Presidência - Correia Pinto).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 567, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR GILSON LUIZ VICENZI** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio - Xaxim).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 568, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ALEXANDRE ANTUNES GOULART**, matrícula nº 6991, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 569, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SIMONI LUSSANI**, matrícula nº 7084, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 570, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EDEMIR DO CANTO CAETANO**, matrícula nº 5988, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 571, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EDEMIR DO CANTO CAETANO**, matrícula nº 5988, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 572, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 573, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 574, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LEONARDO MATOS LEMES**, matrícula nº 6872, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 575, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LEONARDO MATOS LEMES**, matrícula nº 6872, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2013 (Gab Dep Manoel Mota - Tubarão).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 576, de 27 de fevereiro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RITA MARIA GUIMARÃES PEREIRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Tubarão).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 020.5/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, com sede e foro no município de Ituporanga.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, com sede no município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
  - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
  - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
  - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões,  
Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente  
Sessão de 27/02/13

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Deputados,  
Submeto à consideração de Vossas Excelências O projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Ituporanguense de Judô, com sede no município de Ituporanga.

A entidade é uma associação civil de direito privado, caráter de promoção social, sem fins lucrativos e tem por objetivo congregar e integrar seus associados proporcionando-lhes amparo mútuo de recreação, treinamento, cultura, relacionamento humano e desenvolvimento desportivo, como foco principal a prática do esporte.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos alinhados em seu estatuto, e para que possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito a devida acolhida.

Sala das Sessões,  
Deputado Jailson Lima

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI N. 021.6/2013**

Dispõe sobre o trabalho dos detentos em regime semi-aberto nas Unidades Escolares da Rede Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Todas as pessoas condenadas a penas privativas de liberdade em regime semi-aberto, terão que exercer uma atividade remunerada de manutenção de limpeza dos pátios e conservação dos prédios das Unidades Escolares da Rede Pública do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo 1º: A escolha dos reeducandos inseridos no projeto, dar-se-á em conformidade com os artigos 5º, 6º e 7º da Lei de Execução Penal.

Parágrafo 2º: A Lei de Execução Penal - LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) reserva todo um capítulo para o trabalho do preso, em seus artigos 28, 29, 37 que dispõem:

I - "Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva."

II - "Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo."

III "Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena."

Parágrafo 2º: As atividades a serem realizadas pelos detentos serão executadas nos períodos de férias do ano letivo, ficando sob incumbência do sistema prisional e órgãos de segurança pública a condução, fiscalização e vigilância/escolta dos apenados.

Art. 2º Caberá ao órgão da administração a remuneração desse trabalho.

Parágrafo 1º: Compete a administração prisional o gerenciamento dos recursos conforme lei vigente.

Parágrafo 2º: O trabalho remunerado tem por finalidade a manutenção da família do preso, do custo de sua detenção e a indenização da vítima, na forma da regulamentação.

Art. 3º O condenado que cumpre a pena em regime semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

Parágrafo único: A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

Art. 4º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

Parágrafo único: A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Art. 5º Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente  
Sessão de 27/02/13

**JUSTIFICAÇÃO**

O trabalho é a maior forma de ocupar o tempo ocioso e também serve como meio de sobrevivência que realiza por si a dignidade do homem.

Enquanto o país investe mais de R\$ 40 mil por ano em cada preso em presídios federais, gasta em média R\$ 15 mil anualmente com cada aluno do ensino superior - cerca de um terço do valor gasto com detentos. Já, entre detentos de presídios estaduais, onde está a maior parte da população carcerária, e alunos do ensino médio (nível de ensino a cargo dos governos estaduais), a distância é ainda maior: são gastos, em média, R\$ 21 mil por ano com cada preso - nove vezes mais do que o gasto por aluno no ensino médio por ano, R\$ 2,3 mil, conforme levantamento com base em informações do Depen (Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça) e do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

O trabalho prisional, especificamente, é visto como meio de reduzir os efeitos do crime em virtude da ocupação dada ao tempo do apenado. O trabalho a laborterapia não apenas tornará o convívio nas prisões muito mais harmônico, evitando as rebeliões, como, efetivamente, ensinará a recuperação do sentenciado. E é no texto da Lei de Execução Penal, em seu art. 28, que estabelece o trabalho do condenado como dever social e condição de dignidade humana o qual terá finalidade educativa e produtiva.

Considerando que a obrigatoriedade do trabalho ao detento equivale a uma premiação ao preso, resta claro que esta matéria não é conflitante com a Carta Magna, uma vez que, a legislação penal prevê que o trabalho do condenado é obrigatório, sendo, inclusive, considerado um dever social.

No entanto, a ONU estabelece Regras Mínimas na necessidade de providências para indenizar os presos pelo acidente do trabalho ou enfermidades profissionais em condições similares aquelas que a lei dispõe para o trabalhador livre.

Nossa legislação protege essa orientação ao incluir, entre os direitos do preso, os da "Previdência Social" (arts. 39 do CP e 41, III, da LEP).

Conforme dispõe o artigo 31 da Lei de Execução Penal, o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Deputado Manoel Mota

\*\*\* X X X \*\*\*